

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Banco Central do Brasil,

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.171.211/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Relação dos documentos apresentados em conjunto desta carta:

- Relatório da administração
- Relatório dos auditores independentes
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração do resultado abrangente
- Demonstração da mutação do patrimônio líquido
- Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Severino Manoel da Silva
Contador – CRC 1SP248665/O-8



Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações contábeis
30 de junho de 2025**

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2025.

No período em questão, a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. continua a desempenhar um papel significativo no cenário de instituições financeiras e de pagamento, com foco na gestão responsável e na prestação de serviços de alta qualidade aos nossos clientes.

Neste semestre, nossos principais indicadores financeiros foram cuidadosamente monitorados das regulamentações e diretrizes do BACEN. Nosso principal ativo continua sendo representado pelo saldo a receber dos emissores de cartões, que totalizou R\$ 87,2 milhões no final do semestre.

Em conformidade com as disposições regulatórias cláusulas nas Resoluções nº 4.557/17 e 4.968/21 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura sólida de gerenciamento de riscos e gestão de riscos capital. Nossa abordagem rigorosa visa mitigar riscos, garantir a solidez financeira e cumprir todas as obrigações regulatórias.

A Companhia encontra-se desenquadrada nos limites mínimos de capital na data base 30 de junho de 2025, sendo que, em 13 de Dezembro de 2024 foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) e em 30 de maio de 2025 foi realizado um novo aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 5.540 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil reais), ambos sendo aprovados pelo Bacen em 19 de agosto de 2025 fazendo com que a Companhia seja reenquadrada com o percentual de 12% de Índice de Basileia. A Companhia controla mensalmente e avalia de acordo com o Budget a necessidade de aporte de Capital junto aos seus controladores.

Em resumo, o semestre encerrado em 30 de junho de 2025 apresentou desafios financeiros, mas nossa empresa continua comprometida com a excelência operacional, o gerenciamento responsável e a conformidade com as regulamentações do setor. Agradecemos à equipe da KPMG Auditores Independentes Ltda. na auditoria de nossas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Cotistas e Administradores da
Acqio Instituição de Pagamento S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Acqio Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da Acqio Instituição de Pagamento S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação de saldos comparativos

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.3 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada à esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Acqio Instituição de Pagamento S.A.
Balanco Patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	30/06/2025
Circulante		110.852
Disponibilidades	3	2.264
Ativos financeiros		90.914
Instrumentos financeiros		90.914
Títulos e valores mobiliários	4	3.668
Transações a receber de emissores	5	87.246
Contas a receber		-
Outros ativos		17.674
Impostos a recuperar	6	1.051
Outros créditos	7	16.623
Realizável a longo prazo e Permanente		553
Imobilizado de uso		-
Imobilizado		14
Depreciação acumulada		(14)
Intangível	8	553
Ativos intangíveis		2.005
Amortização acumulada		(1.452)
Total do ativo		111.405
Passivo	Nota	30/06/2025
Circulante		98.391
Passivos financeiros		94.606
Contas a pagar estabelecimentos	9	31.913
Obrigações com cessão de recebíveis	10	62.693
Outros Passivos		3.785
Tributos e contribuições sociais	11	1.394
Outros passivos	12	2.391
Exigível a longo prazo		3.595
Tributos e contribuições sociais	11	3.527
Contingências	13	68
Total do passivo		101.986
Patrimônio líquido		9.419
Capital social	14	26.929
Aumento de capital		15.540
Prejuízo acumulado		(33.050)
Total do passivo e patrimônio líquido		111.405

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Acqio Instituição de Pagamento S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Demonstração do resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2025
Receita de serviços de transações de pagamentos	15	3.579
Receita de antecipação	15	6.698
Custo dos serviços prestados	16	(5.102)
Resultado líquido		5.175
Despesas de pessoal	17	(2.766)
Despesas administrativas	18	(3.434)
Depreciação e amortização	19	(179)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(604)
Resultado operacional		(1.808)
Receitas financeiras		83
Despesas financeiras		(3.824)
Resultado financeiro, líquido	20	(3.741)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(5.549)
IRPJ/CSLL		-
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício		(5.549)
Lucro (prejuízo) por ação		



Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(5.549)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>(5.549)</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.929	(27.501)	10.000	9.428
Aumento de capital			5.540	5.540
Prejuízo do semestre	-	(5.549)	-	(5.549)
Saldos em 30 de junho de 2025	26.929	(33.050)	15.540	9.419

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do semestre	(5.549)
Provisão para contingências	18
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	206
Depreciação e amortização	197
Juros sobre empréstimos	11
Decréscimo (acrécimo) de ativos	24.465
Instrumentos financeiros	1.597
Contas a receber de emissores	13.922
Contas a receber de clientes	512
Tributos a recuperar	(606)
Outros créditos	9.040
Acrécimo (decrécimo) de passivos	(12.446)
Tributos a recolher	537
Contas a pagar de estabelecimentos	4.253
Obrigações com cessão recebíveis	(17.684)
Outros passivos	448
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.902
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de intangível	(42)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(42)
Juros pagos	(11)
Pagamento principal	(295)
Recursos para futuro aumento de capital	5.540
Mútuo com empresa ligada	(11.302)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	(6.068)
Variação de caixa e equivalente de caixa	792
Saldo no início do semestre	1.472
Saldo no final do semestre	2.264
Variação de caixa e equivalente de caixa	792

1. Contexto operacional

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Acqio IP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 08 de dezembro de 2022, a Companhia obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade credenciador nos termos da Resolução BCB nº 8, de 25 de março de 2021.

Em 30 de Maio de 2025, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 5.540 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 5.540.000 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil reais) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A. e Acqio Holding Financeira Ltda., aprovado pelo Bacen em 18 de agosto de 2025.

Em 13 de Dezembro de 2024, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão de 10.000.000 (Dez milhões) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A. e Acqio Holding Financeira Ltda., aprovado pelo Bacen em 19 de agosto de 2025.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia encontra-se desenquadrada conforme o índice de Basileia porém em Agosto 2025 os aumentos de capital informados foram aprovados pelo Bacen e a Companhia se tornará reenquadrada de acordo com o percentual 12% de Índice de Basileia. A Companhia controla mensalmente e avalia de acordo com o Budget a necessidade de aporte de Capital junto aos seus controladores. O controlador majoritário é a ENTRE PAYMENTS SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A., que pertence ao Grupo Entre Investimentos, contando com um ecossistema robusto de plataformas e serviços com alto potencial para a evolução do portfolio e sinergias operacionais. Além disso, conforme atestado ao Banco Central, o novo controlador detém capacidade econômico financeira fundamentada em ativos líquidos disponíveis, compatível com o capital necessário à estruturação e à operação do Grupo Acqio, bem como às contingências que possam surgir decorrentes da dinâmica do mercado, que podem ensejar a necessidade de aportes para suprir eventuais necessidades de caixa e a cobertura de eventuais obrigações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

2.2 Base de elaboração

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas para contingências.

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de Junho de 2025, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 29 de setembro de 2025.

2.3 Adoção de novas normas

a) Transição para a Resolução BCB nº 178/2022

A Resolução BCB nº 178/2022 dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamento que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e não foi identificado pela Companhia impactos sobre a implementação da norma.

b) Transição para a Resolução CMN 4.966/21

A Companhia adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

- Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:
 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
 - As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
 - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
 - A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
 - Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e
 - Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024:

Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

c) Adoção inicial

A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

A Companhia não identificou ajustes com a adoção da norma, sendo assim, não foi necessário executar ajustes conforme exposto na Resolução CMN 4.966/21 para ser registrado em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

a) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (“CA”)**: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)**: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e a empresa não possui operações de crédito e não é aplicável a nossa operação.
- **Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”)**: o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera somente com instrumentos financeiros de Nível 1.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros nos exercícios apresentados.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

b) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito) pela Companhia.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia não optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

c) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Companhia realiza a avaliação para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários; e
- Relações interfinanceiras.

A Companhia integra o segmento prudencial “tipo 3”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são

determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente a Companhia, possui operações apenas na carteira ("C2").

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 (da resolução).

d) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:
 - Medidas Judiciais;
 - Óbitos;
 - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
 - Operações de fiança honrada;
 - Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
 - Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos consideram, 3 meses de pagamento tempestivo para operações no geral e 6 meses de pagamentos tempestivos para operações reestruturadas);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais:
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadrando a operação como Ativo Problemático.

e) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor justo ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

f) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

A Companhia registra sua receita de acordo com o CPC 47 tendo os seus efeitos conforme o

contrato com o cliente respeitando os critérios a seguir:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- (e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

Receita de aquisição (captura de transações)

A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a Companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

g) Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
<i>Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras</i>	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
<i>Demais receitas operacionais</i>	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

h) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) à alíquota de 15% acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 9%, os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 30 de Junho de 2025, tendo por base o regime do “lucro real”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

j) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

k) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo

ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

n) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

o) Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

p) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos.

q) Resultado Recorrente e não Recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia. A Companhia não apresenta resultados não recorrentes no exercício.

r) Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber dos emissores resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão de crédito, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia.

s) Contas a pagar estabelecimentos

São relativas às obrigações de pagar os estabelecimentos comerciais credenciados e incluem os valores transacionados como a utilização de cartões de crédito para compra de produtos e/ou serviços.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades

30/06/2025

2.264

2.264

4. Títulos e valores mobiliários

	Valor Contábil	Valor de Mercado	30/06/2025			
			Faixas de vencimentos			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos ao custo amortizado			-	-	-	-
FIDC 2.1 (*)	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Títulos a valor justo contra resultado						
Cotas de fundos de investimentos	3	3	3	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	3	3	-	-	3	-
	3.668	3.668	3	-	3	3.662

(*) Refere-se à participação na cotas subordinadas no TMAQ21 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

5. Transações a receber de emissores

	30/06/2025
Transações a receber de emissores (custo amortizado)	87.246
	87.246

A abertura do saldo a receber por bandeira é como se segue:

	30/06/2025
MasterCard	46.860
Elo	5.474
Visa	34.342
Amex	570
	87.246

O prazo do saldo a vencer é como se segue:

	30/06/2025
Entre 1 e 30 dias	55.395
Entre 31 e 60 dias	10.576
Entre 61 e 90 dias	6.923
Acima de 90 dias	14.352
	87.246

6. Impostos a recuperar

	30/06/2025
IRRF	320
IRPJ	105
CSLL	20
PIS	109
COFINS	497
	1.051

7. Outros créditos

(i) Outros créditos

	30/06/2025
Sociedades ligadas	12.753
Despesas antecipadas	813
Mútuo	20
Outros	354
	13.940

(ii) Outros ativos financeiros a custo amortizado

	30/06/2025	
	Total	
	Valor Bruto Contábil	Perdas Esperadas
Garantia MasterCard	638	-
Garantia Amex	94	-
Garantia Visa	1.205	-
Total	1.937	-

(iii) Outros ativos financeiros a custo amortizado - TVM

	30/06/2025				
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Faixas de vencimentos		
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses
Certificados de depósitos bancários	746	746	-	-	746
	746	746	-	-	746

8. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	30/06/2025				31/12/2024		
	Taxa de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em uso							
Direito a uso de software	20	2.005	(1.452)	553	1.962	(1.255)	708
Total		2.005	(1.452)	553	1.962	(1.255)	708

A movimentação do intangível do semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024 está apresentada abaixo:

	Direito a uso de software
Em 01 de janeiro de 2025	
Saldo inicial	708
Custo	
Adições	42
Amortização	
Adições	(197)
Em 30 junho de 2025	553

9. Contas a pagar estabelecimentos

	30/06/2025
Estabelecimentos comerciais	31.913
	31.913

10. Obrigações com cessão de recebíveis

	30/06/2025
Antecipação FIDC (a)	39.581
Antecipação NUBANK	23.112
	62.693

(a) Refere-se as obrigações com o FIDC TMAQ 2.1 decorrente da sua atuação nas antecipações realizadas junto aos clientes da Adquirente. As obrigações possuem vencimento no curto prazo.

11. Tributos e contribuições sociais

	30/06/2025
INSS	51
FGTS	3
ISS	271
PIS	18
COFINS	93
Parcelamento de tributos federais (CP)	958
Parcelamento de tributos federais (LP)	3.527
	4.921
Circulante	1.394
Não circulante	3.527

12. Outros passivos

	30/06/2025
Provisão de férias e encargos	131
Fornecedores	2.255
Outros	5
	2.391
Circulante	2.391
Não circulante	-

13. Contingências

	30/06/2025
Provisão cível	68
	68

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$94. A classificação de um risco possível diz respeito a processos que ainda não possuem decisão em 1ª Instância, ou seja, que ainda estão aguardando decisão, pois possuem chance de condenação. Em sua maioria essas causas estão relacionadas no qual a Companhia realizou venda por link de pagamento e os portadores dos cartões que ocorreram a venda solicitaram chargeback.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 26.929.153, totalmente subscrito e integralizado e representado por 26.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	30/06/2025
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152
Acqio Holding Participações S.A.	5.000.001
	26.929.153

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

15. Receita operacional

	30/06/2025
Receita de transações de pagamento	4.093
Impostos	(514)
	3.579
Receita de antecipação	7.025
Impostos	(327)
	6.698
Total da receita líquida	10.277

16. Custo dos serviços prestados

	30/06/2025
Custo de bandeira	(3.699)
Custo de antecipação	(1.403)
	(5.102)

17. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Salários	(2.614)
Encargos	(78)
Benefícios	(74)
	(2.766)

18. Despesas administrativas

	30/06/2025
Serviços prestados pessoa jurídica	(441)
Mensalidade de software	(141)
Taxas e licenças	(206)
Despesas com bandeiras	(1.216)
Provisões / (reversões)	20
Despesas compartilhadas	(1.428)
Outros	(22)
	(3.434)

19. Depreciação e amortização

	30/06/2025
Depreciação imobilizado de uso	-
Amortização intangível	(179)
	(179)

20. Resultado financeiro

	30/06/2025
Rendimento de aplicações	72
Variação cambial ativa	11
Juros sobre mútuo	
Total das receitas financeiras	83
Juros passivos	(189)
Variação cambial passiva	(107)
Juros sobre mútuo	-
Juros FIDC	(3.049)
Tarifas	(445)
IOF	(7)
Outros	(27)
Total das despesas financeiras	(3.824)

21. Gestão de risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia encontra-se desenquadrada nos limites mínimos de capital, sendo que, em 13 de Dezembro de 2024 foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) e em 30 de Maio de 2025, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 5.540 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 5.540 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil reais) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A. e Acqio Holding Financeira Ltda., ambos sendo aprovados pelo Bacen em 19 de agosto de 2025 fazendo com que a Companhia seja reenquadrada com o percentual de 12% de Índice de Basileia.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Acqio dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Acqio, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpram as suas obrigações financeiras junto à Acqio devido a quaisquer motivos, a Acqio continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a Acqio está exposta depende dos volumes transacionados por emissor

Os clientes da Acqio devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis

de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Severino Manoel da Silva
Contador – CRC 1SP248665/O-8